

não mais é o caso do Brasil. Para o nosso bem ou nosso mal, já não estamos nos anos 20, na época da economia do café.

JT — Afinal, até que ponto essas saídas previstas para a crise brasileira dependem do quadro político, notadamente da credibilidade da equipe dirigente?

CF — O Brasil tem hoje um potencial para superar a crise econômica e iniciar a solução dos graves problemas sociais que afligem o seu povo. Mas a condição prévia de tudo isso é a própria superação da crise política atual. Isso só poderá ocorrer completando o processo de redemocratização, o que pressupõe, no Brasil, eleição direta para a Presidência da República. Maiores as dificuldades, maiores as necessidades de que os que governam contem com credibilidade e respaldo da sociedade. Erros cometem todos os dirigentes, mas o grave é que não hajam condições para que a sociedade exija a correção desses erros. Só existe credibilidade quando existe participação. Esse terá sido, possivelmente, o erro maior dos arquitetos do autoritarismo brasileiro.

pa aceitassem um aumento significativo das exportações partindo do Brasil, nós poderíamos também aceitar uma mais rápida amortização dos débitos contraídos com esses países. Nessas condições, o Brasil estaria utilizando sua capacidade produtiva já instalada, aumentando a produtividade de sua indústria e reforçando sua capacidade de pagamento.

Sacrifício europeu

JT — Mas, diante da crise internacional, até que ponto esses países europeus poderiam aceitar tal esquema?

CF — É preciso que se leve em conta que a crise não está sendo a mesma, isto é, tendo as mesmas consequências negativas nas várias regiões industrializadas do mundo. A economia norte-americana está em fase de recuperação desde o final de 82, enquanto que o Japão, graças a seu formidável potencial financeiro, tem atravessado a crise com um nível de desemprego insignificante. Já a Europa é a região mais sacrificada. Isso porque a retomada norte-americana baseia-se num considerável déficit de balanço de pagamentos, financiado a partir do Exterior. Essa situação resulta em fortes tensões no mercado de eurodólar, ameaçando a estabilidade financeira dos países europeus. Qualquer tentativa francesa de retomada da área econômica, por exemplo, se choca com os interesses dos Estados Unidos. O fato da Europa ser o elemento mais sacrificado desse jogo faz com que exista uma maior consciência da necessidade da busca de uma saída alternativa. Nesse sentido, acaba de ser publicado em Paris, pelo Ministério do Planejamento francês, o estudo intitulado "Impasse Norte-Sul. Que Saídas?", que chega a conclusões similares, notadamente, a fórmulas para o pagamento da dívida do Terceiro Mundo. As declarações do chefe do governo francês, Pierre Mauroy, em Buenos Aires, no sentido de apoiar a Argentina na busca de uma solução alternativa reforçou esse ponto de vista.

Prioridade à alimentação

JT — E quais as prioridades internas?

CF — Qualquer política pressupõe a retomada do crescimento, para, pelo menos, estancar o aumento do desemprego. As condições mínimas para retomar o crescimento são uma política seletiva de importações que assegure à indústria os meios necessários para utilizar a capacidade produtiva já existente. É preciso não perder de vista que o crescimento não é senão um meio. Não existe desenvolvimento sem prioridades ou definição de objetivos sociais. O primeiro objetivo deve ser o de atender as necessidades fundamentais do povo e, prioritariamente, a alimentação. Como explicar que se haja posto tanto dinheiro no Nordeste para produzir cana de açúcar, negligenciando-se a produção de alimentos, já antes da seca? Hoje, todas as atenções estão voltadas para a área semi-árida do Nordeste, esquecendo-se que aquela região possui também terras úmidas e utilizáveis que estão inaproveitadas e isso em razão dos interesses que as controlam.

Garantindo-se uma oferta alimentar adequada, não haverá nenhum obstáculo a que os investimentos na construção civil e outros setores de interesse social possam rapidamente se desenvolver. Vejo a prioridade à agricultura mais assimilada ao problema social e menos ao problema econômico.

Como sair da crise

JT — Até que ponto cabe à dívida externa a responsabilidade no imobilismo do governo?

CF — O imobilismo atual do governo é devido tanto ou mais ao caos criado pelo rápido processo de endividamento interno. O enorme sacrifício imposto ao País pela redução dos gastos operacionais do setor público, os quais foram reduzidos de 6% para 2,7% do PIB, entre 82 e 83, foi anulado pela expansão desordenada do Serviço da Dívida Pública, que saltou de 9 para 16% do PIB. Nessas condições é inconcebível imaginar o controle da inflação e muito menos uma política de retomada do crescimento.

JT — Há a impressão, junto a alguns setores no Brasil, de que o País poderá sair da crise pela retomada do crescimento agrícola. Concorda com isso?

CF — Alguns setores agrícolas foram, de fato, beneficiados por simples acidentes climáticos norte-americanos, particularmente os produtos cítricos, a soja e o milho. Na medida em que essas atividades exercem uma influência sobre o nível da produção de insumos agrícolas, a economia conhece reflexos positivos. Não podemos esquecer que os fenômenos climáticos norte-americanos têm apenas efeitos temporários. Logo, os efeitos secundários que beneficiam esses setores no momento têm vida curta. As economias que dependem do comportamento da demanda externa de produtos primários são frágeis e de pequena complexidade, o que já



Celso Furtado: isolada, moratória só elevaria dívida.

Real Junior

A moratória é indispensável para encaminhar uma solução para o problema da dívida externa brasileira, mas ela deverá ser acompanhada de uma série de medidas complementares, pois adotada isoladamente apenas contribuiria para que a nossa dívida passasse de cem para 200 bilhões de dólares em cinco anos. Essa é a opinião do economista Celso Furtado em entrevista exclusiva ao *Jornal da Tarde*, concedida em Paris.

Ele cita um elenco de medidas econômicas, financeiras e também políticas, entre elas eleições diretas para a Presidência da República a fim de que o País possa também reconquistar sua credibilidade fortemente abalada: "Só existe credibilidade quando existe participação. Esse terá sido, possivelmente, o erro maior dos arquitetos do autoritarismo brasileiro".

Na sua opinião, se o País insistir em pagar a dívida mediante recessão, ainda antes do fim do decênio terá dismantelado grande parte de seu parque industrial. O pagamento da dívida terá de subordinar-se ao comportamento do valor das exportações do Brasil. E, segundo Celso Furtado, a prioridade à agricultura deve ser mais assimilada ao problema social e menos ao problema econômico. Em suma, o Brasil tem potencial para superar a crise econômica e iniciar a solução dos graves problemas sociais, mas a condição prévia de tudo isso é a própria superação da crise política atual, o que só poderá ocorrer completando o processo de redemocratização.

A íntegra da entrevista é a seguinte:

JT — Como sair da atual crise brasileira?

CF — Não se pode sair através de um milagre, mas de uma política bem definida. Quais as condições dessa política? Existe, hoje em dia, uma opinião generalizada de que países fortemente endividados como o Brasil não terão possibilidades de pagar suas dívidas. Uma recente análise, feita com base no modelo mais elaborado da economia internacional, demonstrou que se esses países insistem em pagar a dívida mediante recessão antes do fim do decênio terão dismantelado grande parte de seu parque industrial. Os autores desses estudos chegaram mesmo a calcular a margem de moratória necessária, simplesmente para que as populações desses países cheguem ao fim desse decênio com a renda per capita que têm atualmente. O Brasil, evidentemente, pelo seu grau de endividamento relacionado com o valor das exportações, está entre aqueles em que a moratória teria de ser mais alta.

JT — Mas existem condições políticas atualmente para isso?

CF — A experiência dos últimos dois anos já demonstrou que o atual governo não tem condições para formular uma política que não a imposta pelos credores externos do Brasil.

JT — A seu ver, a moratória é o único remédio para o país?

CF — Não. A simples moratória faria com que dentro de poucos anos tivéssemos uma dívida muito maior do que a atual. Tendo em conta as taxas de juros que o Brasil está pagando atualmente, mais ou menos 14%, a simples suspensão dos pagamentos faria com que em cinco anos a dívida passasse de cem para 200 bilhões de dólares. A moratória terá de ser completada por uma definição das condições com que o Brasil retomará os pagamentos, após o período de carência.

JT — Quais seriam as condições ideais?

CF — Taxas de juros fixas e não superiores em termos reais a 3% ao ano; subordinação do pagamento da dívida ao comportamento do valor das exportações; etc. Por exemplo: se os países da Euro-